



000047

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

**PROJETO BÁSICO - DISPENSA EMERGENCIAL**  
**REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MUNICIPAL HIGINO**  
**RAMOS**

**Baião/PA**  
**Junho/2025**



000048

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

**1. OBJETO E FINALIDADE DA DISPENSA**

O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de reforma do Ginásio Poliesportivo Municipal Higino Ramos, localizado no município de Baião/PA, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações constantes nos documentos técnicos anexos.

A finalidade da contratação está fundamentada na necessidade imediata de intervenção na infraestrutura do referido equipamento público, que sofreu danos agravados em decorrência das chuvas intensas que assolaram o município, conforme reconhecido pela Portaria nº 1.134, de 8 de abril de 2025, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, e pelo Decreto Municipal nº 014/2025, que declarou Situação de Emergência.

Diante da urgência em garantir condições adequadas de segurança e funcionalidade à população usuária do ginásio, especialmente considerando seu uso coletivo e educacional, a contratação se dará por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares.

**2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1 Situação fática que motiva a contratação direta**

As chuvas intensas ocorridas no município de Baião/PA, especialmente no mês de março de 2025, causaram danos estruturais severos ao Ginásio Poliesportivo Municipal Higino Ramos, comprometendo a cobertura metálica, o piso esportivo, as arquibancadas



000049

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

de madeira e instalações elétricas, gerando risco iminente aos usuários e à continuidade de atividades esportivas e escolares. A gravidade do evento foi reconhecida:

- **Pelo Decreto Municipal nº 014/2025**, que declarou Situação de Emergência por Chuvas Intensas no território municipal (publicado em 20/03/2025); e
- **Pela Portaria nº 1.134, de 8 de abril de 2025, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**, que homologou a Situação de Emergência para Baião/PA em âmbito federal, classificando o desastre como “Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4”.

Sem a imediata recomposição das condições de segurança, existe risco de acidentes, paralisação de programas esportivos e prejuízo ao direito fundamental ao esporte e lazer da comunidade.

## **2.2 Urgência e indisponibilidade de procedimento licitatório comum**

A degradação acelerada da estrutura em razão das intempéries, somada ao período letivo em andamento e à habitual utilização do ginásio em eventos coletivos, exige solução em prazo incompatível com os ritos de uma licitação convencional (cuja duração média ultrapassa 60 dias). A não intervenção imediata acarretaria:

- **Prejuízos à segurança de pessoas** – possibilidade de colapso parcial de cobertura e queda de elementos soltos;
- **Interrupção de políticas públicas de esporte/educação** – comprometeria jogos escolares e projetos sociais;
- **Risco de aumento de custos** – deterioração progressiva amplia o escopo da obra e eleva o dispêndio público.

## **2.3 Fundamentação jurídica da dispensa**





000050

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS  
CNPJ:05.425.871/0001-70

A contratação direta fundamenta-se no **art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021**, que dispensa licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento...”. O enquadramento legal está atendido porque:

- Há **reconhecimento oficial de emergência** (decreto municipal e portaria federal supra);
- O objeto visa **recuperar bem público essencial** afetado pelo desastre;
- O contrato limitar-se-á “ao estritamente necessário” para restaurar as condições de segurança e uso;

#### 2.4 Compatibilidade com planejamento e orçamento

O valor estimado foi obtido a partir do orçamento básico constante deste processo e referenciado em sistemas oficiais de custos (SINAPI/SICRO), cumprindo o art. 23 da Lei 14.133/2021. Há dotação específica na Lei Orçamentária Municipal de 2025.

#### 2.5 Princípios observados

A presente dispensa preserva os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e motivação, assegurando ampla transparência mediante:

- Publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município;
- Disponibilização integral dos autos em meio eletrônico para controle social e fiscalização interna/externa;
- Definição objetiva de escopo, prazos, critérios de medição e sanções, nos termos das seções subsequentes deste Projeto Básico.

Dessa forma, resta plenamente justificada, do ponto de vista técnico e jurídico, a utilização do **rito de dispensa emergencial** para a contratação pretendida, atendendo ao interesse público e à legislação aplicável.



000051

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIOS DE QUALIDADE**

3.1 A execução dos serviços será realizada conforme as diretrizes técnicas estabelecidas no projeto básico, incluindo memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro. As intervenções abrangem:

- Substituição e reparo da **parte da estrutura metálica da cobertura**;
- Recuperação do **piso esportivo**;
- Reforma das **arquibancadas de madeira**, com substituição de partes comprometidas;
- Readequação das **instalações elétricas** e hidráulicas de apoio;
- Revestimentos, pintura e acabamentos internos e externos.

3.2 Os materiais a serem empregados deverão obedecer às normas da ABNT, ser de **primeira qualidade**, com comprovação de procedência, e atender às características especificadas no memorial.

3.3 Os serviços deverão observar critérios de qualidade que assegurem:

- Durabilidade e resistência compatíveis com uso coletivo intenso;
- Segurança estrutural e elétrica conforme legislação vigente;
- Estética e funcionalidade compatíveis com a destinação pública do ginásio;
- Conformidade com as normas da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e CREA.

3.4 Toda a execução será documentada em **Registro Diário de Obra**, acompanhado da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, conforme determinações do CREA/PA.

**4. PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 O prazo para execução integral dos serviços será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço**.



000052

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

4.2 Os serviços deverão ser executados de forma contínua, inclusive com regime de plantão ou turnos, se necessário, para garantir o cumprimento do prazo contratual.

4.3 Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de:

- Nota Fiscal;
- Atestado de medição emitido pela fiscalização;
- Certidões negativas (INSS, FGTS, Receita Federal);
- Ordem de Serviço assinada.

4.4 Os pagamentos ocorrerão em até **30 dias** após a entrega da documentação, com base nas medições físicas e financeiras aprovadas pela fiscalização, obedecendo ao cronograma aprovado.

4.5 A contratada será responsável por todas as despesas operacionais, incluindo pessoal, equipamentos, transporte, alimentação, seguros e tributos.

## **5. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES**

5.1 A empresa contratada deverá comprovar:

- Registro regular no CREA/PA;
- Comprovação de capacidade técnica por meio de atestados compatíveis;
- Regularidade fiscal e trabalhista (inclusive FGTS e INSS);
- Apresentação de **ART** para todos os serviços de engenharia.

5.2 A fiscalização será exercida por servidor designado por portaria, com poderes para:

- Acompanhar o andamento da obra e exigir correções;
- Registrar ocorrências e falhas no Diário de Obra;
- Atestar medições e conformidade técnica;
- Emitir relatórios para fins de pagamentos e sanções.

5.3 Sanções aplicáveis em caso de descumprimento:

- Advertência;





000053

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

- Multa por atraso ou má execução;
- Suspensão de participação em licitações municipais;
- Declaração de idoneidade para contratar com o Município.

5.4 As penalidades serão aplicadas após contraditório e ampla defesa, conforme a Lei 14.133/2021.

**6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão responsável do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do



000054

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.
- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- Atender as exigências constantes nesse Termo de Referência.

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou





000055

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

informação por eles solicitados;

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116,



000056

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando for o caso;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso.
- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre, quando for o caso.
- Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas nesse Termo de Referência, em plena validade, quando for o caso.
- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- Atender as exigências constantes nesse Termo de Referência.



000057

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

**8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1 Da adequação:**

A execução do contrato será custeada com recursos provenientes de recursos da União, conforme detalhado na classificação institucional e funcional do orçamento. As fontes de recursos incluem recursos transferências federais.

**8.2 Da dotação:**

**Classificação institucional** – 02.05 – Sec. Exec. de Desenv. da Juventude

**Classificação funcional** – 13.392.0006.1.005 – Reforma e adaptação do Ginásio Higinio Ramos

**Classificação econômica** – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

**Sub elemento** - 4.4.90.51.99 – outras obras e instalações

**Fonte de recursos** – 1500.0000 – Recursos não Vinculados de impostos

**Fonte de recursos** – 1700.0000 – Outros Convênios da União

**9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Parágrafo Primeiro: Infrações Administrativas: A CONTRATADA comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao:

- I) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- II) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III) Fraudar na execução do contrato;
- IV) Comportar-se de modo inidôneo;
- V) Cometer fraude fiscal.





000058

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

Parágrafo Segundo: Sanções: Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei:

I) Advertência por escrito, para faltas leves que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa;

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

Parágrafo Terceiro: Aplicação Cumulativa: As sanções previstas nos subitens "I", "III" e "IV" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Parágrafo Quarto: Empresas ou Profissionais: Ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021 as empresas ou profissionais que:

I) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto: Processo Administrativo: A aplicação de qualquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.



000059

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

Parágrafo Sexto: Dedução e Recolhimento: As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Baião, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

Parágrafo Sétimo: Prazo para Recolhimento: Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Oitavo: Cobrança Judicial: Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

Parágrafo Nono: Critérios para Aplicação: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **10. DA VIGÊNCIA**

Parágrafo Primeiro: A vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, submetidas ao que determina a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), especialmente no que concerne aos prazos de execução contratual.

## **11. DO FORO**

Parágrafo Primeiro: Fica eleito o Foro da cidade de Baião/Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato.



000060

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**CNPJ:05.425.871/0001-70**

Baião- PA, 02 de junho de 2025.

REINALDO PATRIC  
RIBEIRO  
SAMPAIO:96716550259

Assinado de forma  
digital por REINALDO  
PATRIC RIBEIRO  
SAMPAIO:96716550259

Engº Civil REINALDO PATRIC RIBEIRO SAMPAIO

CREA:151195798-0

Resp. Técnico da Prefeitura Municipal de Baião-PA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, TURISMO E DA JUVENTUDE

OFÍCIO Nº 118/2025-SESCOUR

Assunto: Solicitação de Pesquisa de Preços

PARA: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, OPERACIONAL E  
ALMOXARIFADO

Senhor; José Augusto Pereira Corrêa

OBJETIVANDO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO GINÁSIO  
POLIESPORTIVO MUNICIPAL HIGINO RAMOS NO MUNICÍPIO DE BAIÃO/PA.

Prezados,

Com cumprimentos de estilo, utilizamos do presente expediente para solicitação de elaboração do assunto supracitado para devidos fins de futura contratação do objeto em questão acima.

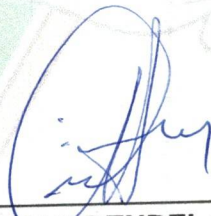
Encaminho anexo a este as planilhas de ordem do Setor de Engenharia para servir como referência para elaboração de pesquisa.

Com grata satisfação e na certeza de sua atenção, nos dispomos a qualquer esclarecimento.

Tais medidas administrativas são necessárias à possível autorização de despesas pelo Ordenador Responsável.

Atenciosamente,

Baião-PA, 02 de junho de 2025.



**OBERDAN BENDELAC DE MENEZES**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, TURISMO E DA JUVENTUDE  
PORTARIA nº 930/2025-GP